

LEIS NÃO DEVEM SUBSTITUIR-SE A HÁBITOS INOFENSIVOS

Miguel Tamen

As pessoas que chamam à sua língua portuguesa (nem todas chamando à língua dos outros a mesma coisa) escrevem, quando escrevem, de maneiras diferentes. Também falam de maneiras diferentes e em qualquer caso dizem coisas diferentes. Às vezes percebem-se umas às outras, e outras não. Quando não se percebem, queixam-se de muitas coisas diferentes: da pronúncia, da sintaxe, da ortografia ou da estupidez dos seus interlocutores. Têm também abundantes maneiras de resolver as suas queixas, que vão das mais práticas (e.g. perguntar a quem fez certos barulhos o que quis dizer, corrigir mentalmente barulhos que não fazem sentido) às mais caras (e.g. perguntar a um tribunal aquilo que quem fez certos barulhos quis dizer).

Uma certa pronúncia, sintaxe ou um nível moderado de obtusidade não são por si necessários ou suficientes para perceber quem quer que seja. Inversamente, posso dizer que quando não percebo uma pessoa (chamemos-lhe por razões simbólicas Professor Malaca Casteleiro) uma transcrição ortográfica diferente daquilo que diz, uma reinterpretação daquilo que diz noutra

pronúncia, ou uma neuro-operação que altere os níveis de obtusidade (chamemos-lhe por razões simbólicas operação Professor Carlos Reis) não melhoram em nada a minha compreensão. Em ambos os casos a experiência é comparável a ler um romance de José Luís Peixoto num livro de capa azul e num livro de capa amarela e já agora em qualquer ortografia: temos sempre a mesma vontade de rir, e nunca se percebe bem.

Mudar a ortografia é parecido com mudar a capa de um livro. Não torna um livro bom num livro mau. Não diminui a natureza fatal dos disparates humanos. A única coisa que faz é contrariar hábitos que não prejudicam ninguém e que, tendo embora uma histórica pitoresca e acidentada, nos chegaram como segunda natureza. Ora a meu ver as leis não devem substituir-se a hábitos inofensivos. A ambição de querer estabelecer a perspicuidade entre falantes de português por via legislativa é por isso insensata: mais valia gastar o dinheiro a diminuir o número de juristas em Portugal, a aumentar o número de tribunais em Angola, e a mandar frigoríficos para a Guiné-Bissau.